

O ACONTECIMENTO NA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE TEÓRICA SOBRE O CONCEITO DE ACONTECIMENTO NAS OBRAS “O QUEIJO E OS VERMES” E “EU, PIERRE RIVIÈRE...”*

Munís Pedro Alves**
pedro.munhoz@hotmail.com

RESUMO

No presente trabalho, pretendo analisar e refletir sobre o conceito de acontecimento nas produções *O queijo e os vermes*, do historiador italiano Carlo Ginzburg, e *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, do filósofo francês Michel Foucault. Inicialmente, apresentarei fragmentos da trajetória do conceito de acontecimento na historiografia desde o século 19, para, posteriormente, estabelecer a análise teórica sobre as obras citadas no título. Por fim, incito a uma discussão sobre a importância do acontecimento para a História.

Palavras-chave: Acontecimento; Ginzburg; Foucault; História; Teoria.

ABSTRACT

In this paper, i analyze and reflect about the concept of happening in *The cheese and the worms*, written by the italian historian Carlo Ginzburg, and *I, Pierre Rivière, having slaughtered my mother, my sister and my brother*, written by the french philosopher Michel Foucault. Firstly, i will present the fragments of the trajectory of event's concept in the historiography since the 19th century, to then establish the theoretical analysis of the works mentioned in the title. Lastly, i urge a discussion about importance of the happening for History.

Keywords: Happening; Ginzburg, Foucault; History; Theory.

Ligado tanto ao tempo quanto ao espaço, o acontecimento é implícita ou explicitamente uma peça-chave em qualquer pesquisa e narrativa historiográfica. Embora não haja (ainda) historiadores¹ defensores de uma escrita da história que prescindia de acontecimentos, os profissionais desta área lidam de diferentes maneiras com estes. Entre os pesquisadores de história, é possível dizer que alguns consideram o

* Esta pesquisa foi iniciada em meados de 2012 a partir dos debates no grupo de estudos “Os malditos” (atualmente com o nome de “Aisthesis”) da UFU, coordenado pelo Prof. Dr. André Voigt.

** Mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista CNPq.

¹Utilizo este substantivo para me referir aos diversos profissionais que escreveram e/ou escrevem sobre história ou sobre teoria da história sem necessariamente ter formação acadêmica específica na área de História.

acontecimento como o objeto de pesquisa próprio ao saber histórico, ou seja, aquilo que demarca o limite fronteiro da ciência ou da disciplina História em relação aos outros saberes e o ponto a partir do qual ela se constitui (VEYNE, 2008); alguns expressam que o acontecimento é uma categoria conceitual imprescindível à pesquisa histórica, todavia não pode ser o objeto de investigação desta, tampouco ocupar seu centro de análise (ARÓSTEGUI, 2006); enquanto outros preferem tratar o acontecimento como elemento de menor importância, submetido a uma dada configuração geral ou estrutural de longa duração que causaria e, concomitantemente, explicaria sua emergência (BRAUDEL, 1990).

Para um aporte teórico da análise aqui proposta, utilizo a definição conceitual desenvolvida por Jacques Rancière:

[O acontecimento]: é a junção de um conjunto de fatos e de uma interpretação que designa esse conjunto de fatos como acontecimento singular. Em outras palavras, é a junção de um conjunto de fatos e uma subjetivação. Não há acontecimento sem sentido de acontecimento, sem subjetivação de acontecimento. Para empregar uma palavra má reputada, não há acontecimento sem “ideologia”, sem um alguém por quem e para quem ele tem sentido de acontecimento (RANCIÈRE, 1995, p. 239).

No início do século 19, período no qual a História buscava reconhecimento institucional e afirmação científica, o historiador prussiano Wilhelm von Humboldt escreveu um texto programático ao ofício do historiador. Nele, o autor advertia que a tarefa principal do historiador era a exposição do acontecimento. Contudo, por conta do acontecimento poder ser observado somente em partes, caberia ao historiador intuir, concluir e deduzir seu restante. No entanto, a prática historiográfica não poderia se reduzir a isto, já que a “verdade essencial” não estaria nos fatos que se passaram, pois, para Humboldt, estes apenas constituiriam a base e o material da história. Por isso, era também necessário que o pesquisador estabelecesse uma conexão entre os acontecimentos expostos fabricando “um todo a partir de um conjunto de fragmentos” (2010, p. 83). E, para tal, utilizava-se, assim como o poeta, da intuição e da fantasia; porém, neste caso, ambas submetidas à experiência e à investigação da realidade.

Outro historiador prussiano do século 19, Leopold von Ranke, em contraposição aos conceitos especulativos da Filosofia, que desprezava a necessidade da experiência para conceber a história, adequando-a a esquemas pré-estabelecidos, escreveu sobre a importância dos eventos e fenômenos particulares referenciados pelos documentos.

Embora advertisse a respeito do dever que o historiador tinha de encontrar o nexo causal entre os eventos concretos, Ranke (2010, p. 206) entendia que cada particularidade comportava o infinito divino em seu interior e que, portanto, não precisava ser apagada para que pudéssemos construir o todo da história. Assim, diferentemente dos filósofos aos quais se contrapunha, ele asseverava que a operação da História construía o contexto geral a partir da articulação entre acontecimentos/indivíduos particulares e não o contrário, na qual, para serem verdadeiramente históricos, os elementos particulares deveriam se encaixar num modelo abstrato previamente intuído.

As atuações de Humboldt e Ranke estavam permeadas por tensões institucionais e procuravam marcar uma distância de saberes como a Teologia e a Filosofia para estabelecer uma legitimidade à disciplina de História. Entre o final do século 19 e início do século 20, o saber histórico é novamente pressionado por outras áreas do conhecimento, emergentes no período. A Sociologia é a principal delas (cf. SILVA, 2005, p. 128). Mas se antes havia uma preocupação em responder a Filosofia através do argumento de que a história só poderia ser escrita mediada por documentos e acontecimentos “observáveis”, agora a questão era defender-se contra a acusação da Sociologia segundo a qual o saber histórico dava demasiada atenção aos acontecimentos que, para alguns, não poderiam explicar a dinâmica humana, tampouco fundamentar leis sociais, uma vez que se ligavam ao contingente e ao(s) indivíduo(s).

Sob este ângulo, é possível compreender, a partir da década de 1930, as reações da Escola dos *Annales*² contra a escrita da história praticada no século 19. Entre tantas críticas, uma delas era a de que as escolas historiográficas oitocentistas privilegiavam os acontecimentos e as ações individuais; utilizando-se o termo *histoire événementielle*³ para referir-se aos trabalhos de tais historiadores.⁴ Ainda respondendo aos sociólogos,

² Nome dado ao conjunto de pesquisadores das ciências humanas ligados à revista *Annales d'histoire économique et sociale* fundada em 1929 pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre (BURKE, 1992, p. 23).

³ Termo que se pode traduzir por “história acontecimentalista”, praticada, segundo Bloch, por aqueles que “dão extrema importância a retrair exatamente os atos, palavras ou atitudes de alguns personagens, agrupados em uma cena de duração relativamente curta, em que se concentram, como na tragédia clássica, todas as forças da crise do momento: jornada revolucionária, combate, entrevista diplomática” (2002, p. 71). Pode-se perceber que a noção de acontecimento de Bloch ligava-se ao âmbito político, tendo em vista que os “primeiros” *Annales* se opuseram a história política em privilégio da história social e econômica ou história-síntese e total.

⁴ A proposta dos *Annales* assentava-se sobre o fundamento de que a história das massas era a que realmente importava (HOBBSAWM, 1998; REVEL, 2000). A tarefa exigia assim a incorporação de um conjunto de noções e conceitos (como história-síntese, sociologia histórica, mentalidades, estrutura) mais

Fernand Braudel⁵ divisou os tempos históricos deixando claro que o período temporal de maior importância para a História é a longa-duração (BRAUDEL, 1990). Para o autor, é estudando este tempo que o historiador poderá compreender o movimento lento, quase imóvel, das estruturas geo-históricas através das quais as conjunturas são formadas e os acontecimentos eclodem. Metaforicamente, estes últimos “nada mais seriam do que espumas que se formam na crista das ondas, estas mesmas impulsionadas por correntes profundas” (BARROS, 2012, p. 09).

Ainda que as considerações dos *Annales* coincidissem com boa parte dos elementos de análise de outro modelo historiográfico, o marxismo, consolidado no século 20, houve uma ressaca no “mar de Braudel” a partir de meados dos anos 60. Acredita-se que essa ressaca resultou das tempestades trazidas pelo processo de duas guerras mundiais, juntamente com os totalitarismos, o Holocausto, o fracasso do socialismo real, a ascensão de ditaduras, os conflitos entre Ocidente e Oriente e etc. No âmbito da historiografia, a ressaca foi sentida com o descrédito dos grandes paradigmas explicativos da história, acompanhada pela crítica à razão instrumental (AVELAR, 2011). Vimos a partir de então uma pluralização de abordagens e perspectivas e o ressurgimento de conceitos e temas, entre os quais está o acontecimento. As produções de Carlo Ginzburg e Michel Foucault acompanham este movimento. Ambas procuram, de certa maneira, descrever limites e fragilidades ou propor soluções aos modelos historiográficos que homogeneízam as particularidades e as diferenças presentes na dinâmica humana da História.

Os respectivos trabalhos de Ginzburg e Foucault, escolhidos para a análise proposta neste trabalho, intitulam-se *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, publicado em 1976, na Itália, e *Eu, Pierre Rivière, que*

próximos da Sociologia, da Antropologia e da Geografia do que da Filosofia e da Arte, como a historiografia do século 19. Conforme explica Silva, “Febre e Bloch inspiraram-se, em grande parte, na *Revue de Synthèse Historique*, de Henri Berr, que também chamava pela síntese das ciências humanas e por uma história global que articulasse as mais diversas dimensões da vida social. A produção inicial dos *Annales* contribuiu para o declínio da história biográfica e política, deu relevo aos aspectos econômicos, mentais e sociológicos, priorizou a ‘longa duração’ e a história das estruturas mais do que a dos acontecimentos isolados. A este respeito, Paul Ricoeur diagnosticou o ‘eclipse do acontecimento na historiografia francesa’, iniciado antes mesmo da empreitada braudeliana” (2005, p. 131).

⁵ Principal expoente da chamada Segunda Geração dos *Annales*, o historiador dirigiu com soberania a Revista dos *Annales* de 1956 a 1969.

degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio no século 19, edição original de 1973, na França.

O livro escrito por Ginzburg trata-se da história sobre a trajetória da vida de um moleiro, Domenico Scandella, vulgo Menocchio, que passou pelo processo inquisidor da Igreja Católica, durante a Contra-Reforma, no século 16. Acusado de heresia e ligação a seitas de bruxaria, Menocchio expressou aos contemporâneos uma explicação bastante curiosa e particular sobre o surgimento do mundo e dos homens. Segundo os relatos da época, o moleiro dizia que no início o mundo era o nada, e que depois a água do mar foi batida e sua espuma coagulou-se como queijo, deste queijo nasceu uma variedade de vermes, que se tornaram homens, dos quais o mais potente e sábio foi Deus (GINZBURG, 1987, p. 105). Conforme o historiador, a pesquisa sobre um indivíduo comum, ainda que não representativo de sua comunidade, permitiu a descrição da fisionomia de sua cultura e do contexto no qual ele se moldou e, mais, uma hipótese geral sobre a cultura camponesa da Europa pré-industrial (idem, p. 12).

Em contrapartida, a obra de Foucault não se trata da narrativa de um único autor. Foucault é o organizador e apresentador de um conjunto de documentos que compõem um dossiê do inquérito que apura um triplo assassinato cometido pelo jovem camponês Pierre Rivière, durante o século 19. O dossiê é composto por relatórios policiais e jurídicos, depoimentos de testemunhas, interrogatórios, notícias de jornais sobre o caso, relatórios médicos sobre a sanidade mental do acusado, pareceres médicos-legais de reconhecidos profissionais da medicina da época (Marc, Orfila e Esquirol) e, sobretudo, pelo memorial escrito por Rivière, quando preso, narrando seu crime e suas motivações. Foucault escreve a apresentação inicial da obra e um dos sete artigos, dispostos após o dossiê, que discutem o caso. Os outros seis são produções do grupo de pesquisadores do *Collège de France*, onde Foucault lecionava nos anos 70.⁶ Posto isso, a análise teórica do acontecimento na obra centrar-se-á sobre a apresentação e o artigo intitulado “Os assassinatos que se conta” no qual Foucault comenta o caso.

Ambas as obras centralizam sua organização em torno de acontecimentos ligados a instâncias jurídicas, o primeiro ligado à Inquisição promovida pela Igreja Católica no século 16 e o segundo, à justiça criminal francesa do século 19. Nos dois casos, os

⁶ Logo após o sumário encontramos a seguinte informação: “este dossiê foi organizado, estudado e anotado em um trabalho coletivo realizado por: Blandine Barret-Kriegel, Gilbert Burlet-Torvic, Robert Castel, Jeanne Favret, Alexandre Fontana, Michel Foucault, Georgette Legée, Patrícia Moulin, Jean-Pierre Peter, Philippe Riot, Maryvonne Saison” (FOUCAULT, 2007, não-paginado).

personagens principais das narrativas morrem na prisão. Rivière se suicida, Menocchio é punido com a execução. As duas obras partem de análises do cotidiano ou do microcosmo para extrair conclusões referentes ao contexto ou à estrutura social e política. Ambas lidam com escritas de uma vida, ou, pelo menos, com fragmentos de uma vida que, em certa medida, servem não só às obras historiográfica e filosófica, como também aos processos judiciais pesquisados por elas. Contudo, a despeito destes, entre outros pontos de encontro, é possível perceber nas produções diversos pontos de dessemelhança, dos quais recorro quatro para compreender as características a partir das quais os autores articulam a noção de acontecimento.

(1ª) As fontes documentais: o uso da ordem

Os materiais escritos que servem de documentos ao trabalho de Ginzburg são partes do processo inquisidor encontrado nos arquivos da Cúria Episcopal da cidade de Udine, na Itália. Na narrativa, são usados como referências os interrogatórios do moleiro, os testemunhos de pessoas que moravam na aldeia em que o acusado vivia e a lista de livros considerados “heréticos”, encontrados na casa de Menocchio. Durante os anos 70, o historiador pesquisava sobre seitas heréticas e crenças camponesas durante o processo da Inquisição católica e acabou chegando por acaso em Menocchio. Ginzburg diz que devido a “uma farta documentação, temos condições de saber quais eram suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos” (1987, p. 12).

Neste sentido, podemos perceber uma primeira característica no uso de fontes por Ginzburg. Subtende-se que a confiança nas fontes é proporcional a quantidade delas. Esta confiança assegura que documentos oficiais de uma instituição (ou não) possam servir como meios para compreender as maneiras de pensar e de sentir de uma pessoa que viveu no século 16. Entretanto, isso não se dá de forma simplista, pois, conforme o historiador:

A ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo (GINZBURG, 2002, p. 44).

Assim, implicitamente, podemos compreender que munido de ferramentas teórico-metodológicas garantidas por uma formação profissional, o historiador terá os instrumentos necessários para formar a realidade através deste “espelho deformante”. Selecionando e organizando essa massa de materiais desorganizados e disformes, o conhecimento histórico é construído. Ao que nos interessa neste trabalho, conseguirá ele explicar adequadamente o acontecimento, reconstruir a realidade e obter uma verdade provável ou “possível”.

Enquanto Ginzburg defende que, mediado pelos recursos técnicos e teóricos do saber historiográfico, o uso da ordem no contato aos documentos possibilita a compreensão e explicação do acontecimento, Foucault em vez de organizar o conteúdo das informações para construir uma narrativa, realiza, no máximo, uma organização externa dos documentos a partir da cronologia, e os expõe integralmente. Dispondo num plano horizontal o processo jurídico de Rivière (contendo dados biográficos, testemunhos, interrogatórios, etc.), os relatórios médicos, os anúncios de jornais e o memorial que tentam explicar o acontecimento (os assassinatos), o filósofo pretende exacerbar o conflito de sentidos e a batalha discursiva entre eles (FOUCAULT, 2007, p. XIII), revelando assim, a fragilidade epistemológica na qual os saberes se apóiam ou a impossibilidade de uma única explicação para o acontecimento. Escreve Foucault:

[...] um acontecimento em torno do qual e a propósito do qual vieram se cruzar discursos de origem, forma, organização e função diferentes: o do juiz de paz, do procurador, do presidente do tribunal do júri, do ministro da Justiça; do médico de província e o de Esquirol; o de aldeões com seu prefeito e seu cura. Por fim o do assassino. Todos falam ou parecem falar da mesma coisa: pelo menos é ao acontecimento do dia 3 de junho que se referem todos esses discursos. Mas todos eles, e em sua heterogeneidade, não formam nem uma obra nem um texto, mas uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e através de discursos (idem, p. XII).

Apoiados em instituições sociais distintas, cada documento almeja estabelecer uma ordem necessária entre os eventos para fundamentar a lógica de sua argumentação e chegar a uma conclusão sobre o acontecimento. Querem produzir um fim. Mas na medida em que diferentes saberes, narrativas e interpretações são reunidas pelo autor, a impossibilidade da ordem é o que se apresenta. As distintas conclusões se anulam. Assim como Ginzburg, Foucault usa os documentos a contrapelo, porém não os interpreta, não os lê como se quisesse dar novo significado a eles, tampouco neutraliza, através de uma crítica interna, o que eles enunciam para determinar se dizem a verdade

(cf. FOUCAULT, 2010, p. 07). O filósofo, como um positivista,⁷ toma a verdade que cada um constrói e apresenta, a partir disso, a possibilidade de confrontá-las e chocá-las verificando seus antagonismos. Enquanto Ginzburg desenvolve uma análise e depois uma crítica problematizada aos documentos para chegar a uma síntese conclusiva sobre a maneira que Menocchio pensava e se expressava, Foucault não faz síntese alguma; em vez de integrar e extrair uma conclusão verossímil através dos documentos e do contexto, o filósofo separa os discursos e as interpretações a respeito das motivações e sentimentos de Rivière.

(2ª) A individualidade do biografado

Nas tentativas de explicação do acontecimento, nos dois casos é levada em conta a individualidade do biografado, isto é, as formas próprias através das quais os personagens protagonistas das produções exprimem seus sentimentos, seus pensamentos e suas ações. Contudo, isto é feito de maneira distinta pelos autores.

Ginzburg expõe uma rede de relacionamentos composta por pessoas da classe superior que eram críticas a determinados preceitos da Igreja (e que tiveram contato com o acusado) e procura reconstruir as experiências de leitura de Menocchio, como também desenterra tradições e crenças populares da era pré-cristã, algumas ainda vivenciadas em rituais secretos neste período, para compreender as particularidades do sentir, do pensar, do dizer e do agir do acusado, já que ele era um homem bastante distinto do que poderíamos chamar de “indivíduo-representativo” de sua aldeia. O historiador utiliza o conceito de “circularidade cultural” de Mikhail Bakhtin para designar a comunicação entre as culturas popular e erudita, um processo dialético que seria responsável pela constituição da personalidade do moleiro. A profissão de Menocchio era propícia às trocas culturais interclassistas, tendo em vista que o contato direto com pessoas das classes superiores era bastante comum durante a prestação de serviços do ramo. Assim, para Ginzburg, embora a individualidade de Menocchio não negasse seu pertencimento à classe subalterna, ela era formada pelo resultado do entrecruzamento da cultura da popular à erudita, pois estava permeada por elementos

⁷ Designação atribuída por Paul Veyne (2008, p. 239). Segundo o autor, Foucault é o primeiro historiador a ser completamente positivista. O adjetivo é justificado porque Foucault instaura um método de pesquisa que analisa as práticas e os discursos em suas raridades, em vez de acreditar que uma palavra, um conceito ou uma fórmula possam ser aplicados para a explicação de toda ou de grande parte da história ainda que se usem expressões idênticas para descrever sujeitos e realidades históricas. Quer dizer, em Foucault, o tempo, o espaço e a dinâmica humana são tratados, ao máximo, em suas singularidades.

contrários aos preceitos católicos, que foram trazidos por uma tradição oral e popular, milenar, e por livros e pensamentos da cultura erudita fortemente ligada à conjuntura recente da época que englobava a Reforma Protestante e a invenção da imprensa.

Ainda que o objetivo de Foucault não fosse o de explicar por que Rivière matou seus familiares, o autor recorre ao memorial escrito pelo assassino para compreender aspectos de sua individualidade. A suposta loucura que teria levado Rivière a cometer os crimes apresentava-se paradoxalmente sob uma lógica elaborada. O assassino havia desenvolvido seu plano com antecedência.⁸ Nele, crime e narrativa não se separavam, sequer tinham uma sucessão cronológica definida, podiam tanto ser provas de sua racionalidade como de sua desrazão. Isto porque, ao escrever o memorial, Rivière parecia que ainda ia cometer o crime que já havia cometido, era, portanto, uma narrativa anacrônica. Foucault diz que os contemporâneos aceitaram com facilidade o jogo que Rivière armou para ser num único gesto duplamente autor, do crime e da narrativa (2007, p. 212).

Mais do que isto, não parece a esmo a existência de uma coincidência entre a personalidade do assassino e a contingência da irrupção do acontecimento na história – que Foucault quer mostrar ao relatar as múltiplas interpretações dos saberes sobre a realidade ou as tentativas de capturar a realidade através dos mecanismos do saber-poder. Neste sentido, o interesse e o encanto do filósofo questionador da *episteme* moderna sobre as ações de um indivíduo que desconjunta os saberes jurídicos e médicos e coloca seus discursos em relação antagônica, não são menos significativos do que os de um historiador egresso do Partido Comunista que escolhe contar a história de vida de um integrante das classes populares que desafia uma instituição autoritária e conservadora por considerar que a opressão social brotava dela (cf. GINZBURG, 1987, p. 57). Apesar de se utilizarem de diferentes maneiras da individualidade dos personagens

⁸ Foucault disse que, na construção do texto memorial, Rivière abandona dois projetos iniciais de escrita e assassinato. O primeiro deveria rodear o assassinato, no cabeçalho constaria sua participação no crime, depois, a biografia de seu pai e sua mãe e, por fim, os motivos de seu crime; assim que este texto estivesse pronto, o assassinato finalmente seria cometido. No segundo projeto, o crime seria exterior ao texto. Num escrito dirigido a todos ele abordaria a vida de seus pais e, depois, faria um escrito secreto relatando o assassinato, então cometeria o crime. No plano realmente levado a cabo, os escritos de Rivière apenas foram produzidos após o assassinato, pois, segundo o próprio, um “sono fatal impediu-o de escrever”. Assim, o projeto é matar, deixar-se prender, fazer suas declarações e depois morrer. Entretanto, ele acaba vagando nos campos durante um mês até ser preso, depois emite declarações mentirosas e só então escreve; e se escreve muito, deixa claro que era porque o manuscrito já estava em sua mente. “[...] daí as palavras maldosas e inutilmente mortíferas que aí se encontram ainda endereçadas às suas vítimas, apesar do assassinato já ter sido cometido” (FOUCAULT, 2007, p. 213).

históricos, os autores exprimem, através da escolha destes, suas subjetividades e seus interesses acadêmicos e políticos.

A personalidade de Menocchio agride qualquer modelo historiográfico que pretenda reduzir as pessoas aos aspectos gerais de sua classe, ressalta o acontecimento-vida na história e exprime uma significativa liberdade de atuação, ainda que articulada a conjunturas e estruturas. Por outro lado, os refugos, as voltas e as discontinuidades no memorial escrito de Rivière denunciam o caráter precário dos saberes homogeneizantes e deterministas quando querem apreender o sujeito e a realidade. Demonstram a atuação da contingência na história. Afinal, quem imaginaria ser possível um camponês planejar um assassinato como uma obra de arte, contar a própria história para se incriminar, em vez de se defender, matar a mãe para proteger o pai, se justificando através do Velho Testamento e ainda, por fim, possuir uma inteligência letrada?

(3ª) A irrupção do acontecimento

Para Aróstegui (2006, p. 313) não existem fatos “históricos”, assim como não existem fatos “sociais”. Quer dizer, não há uma distinção entre fato social e fato não-social, assim como não há uma separação entre fatos históricos e fatos não-históricos. Pode-se estender esta observação também ao conceito de acontecimento. Eles são selecionados, construídos e valorados pelos pesquisadores de história. Não estão dispostos como “peixes no balcão de uma peixaria” – relembrando a metáfora de Edward H. Carr (1982, p. 49). Os acontecimentos ocorrem em espaços e em tempos distintos, são, portanto, únicos, distinguíveis e particulares ainda que possam ser comparados entre si de acordo com certas características ou através de determinados ângulos (VEYNE, 2008, p. 18, 20).

Contudo, como explicar a irrupção de um acontecimento na história? Seria ele resultado do acúmulo de elementos do passado sob uma relação direta de causa e consequência? Seria ele produto de forças desconhecidas e invisíveis que se chocam por alguma razão com a configuração de um contexto sócio-histórico, fazendo emergir uma novidade que se mistura com o antigo? Seria ele nada mais do que uma mudança em nossas maneiras de ver, sentir e enunciar o mundo e a realidade? Seria ele tudo o que acontece, independentemente de ser diferente do que já tínhamos visto ou não?

Em recente obra publicada no Brasil, François Dosse aponta três significados para o acontecimento: o primeiro é uma forma de causalidade processual, um desfecho, um

resultado, atrelado às condições de possibilidade para sua realização; o segundo designa tudo o que acontece com alguém, positivo ou negativamente; e, o terceiro descreve uma ruptura inesperada no percurso do tempo, uma surpresa. É interessante perceber que nas narrativas historiográficas ou literárias, o acontecimento aparece contemplando tanto a ideia de um resultado causal como a de fenômeno inesperado (DOSSE, 2013, p. 04). Ginzburg e Foucault lidam de maneiras distintas com esta questão. Suas respostas a (in)explicação do acontecimento nem sempre são tão claras e objetivas quanto gostaríamos que fossem, mas podemos entrever uma possibilidade de compreensão através de seus escritos.

Para o historiador italiano, há um macrocosmo geral e complexo formado por diversos elementos. Em *O queijo e os vermes*, o contexto sócio-histórico é constituído por dois grandes acontecimentos: a Reforma Protestante e a invenção da imprensa. Ambos, segundo o autor, deram condições de possibilidade à circulação de diálogos orais e, sobretudo, de textos heréticos e críticos ao catolicismo. Há, além disso, a atuação da Igreja Católica, através da Inquisição, lutando contra a reforma religiosa; a presença de grupos religiosos e seitas de bruxaria na região, como os anabatistas e os *benandanti*, que se reuniam secretamente; a existência de um substrato de crenças camponesas ligadas a religiões naturais de uma era pré-cristã que nunca foram totalmente extintas e que eram transmitidas através da cultura oral das classes populares; a ciência da época com suas explicações sobre o surgimento da vida conforme a teoria de geração espontânea; e, por último, um conflito de classes em Friuli causado pela disputa entre duas grandes famílias feudais e pela conseqüente desagregação da economia friulana (pobreza, cobrança exagerada de impostos e identificação dos camponeses à Veneza). Segundo Ginzburg (1987, p. 57), é sob estas margens que as existências dos sujeitos são condicionadas. E é a partir delas que eles atuam e que os acontecimentos emergem.

Entretanto, cabe aqui salientar que Ginzburg só chega à cartografia do contexto a partir do acontecimento que pretende investigar; quer seja, a maneira como Menocchio pensava e falava ou o conflito do personagem com a Inquisição católica que precedeu sua execução. Esta é a operação historiográfica típica da micro-história. Neste caso, em específico, pesquisa-se a trajetória de vida de uma pessoa comum com o intuito de descobrir a rede de relacionamentos sociais na qual ela está inserida para, finalmente, compreender a articulação entre este microcosmo e o macrocosmo das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. O interesse da micro-história não é distinto da

história social quando almeja compreender a totalidade a partir do particular; só que neste caso, percebendo o movimento dentro das estruturas através de um microscópio metodológico (REVEL, 2000, p. 17).

Neste sentido, a irrupção do acontecimento se dá num curto prazo e não pode estar de forma alguma desvinculada ou sem sentido com as estruturas que o cercam, constituem suas fronteiras e conferem sua condição de possibilidade de aparecimento. O acontecimento para Ginzburg não é algo totalmente novo, ele é histórico no sentido de que recebe o condicionamento das forças do passado que ainda se movimentam no presente. Para o historiador italiano, o acontecimento significa mais o resultado de um processo causal do que uma contingência inesperada.

Por exemplo, em *O queijo e os vermes*, ligadas as religiões naturais, as crenças camponesas mantidas pela tradição oral da cultura popular submergiram no pensamento de Menocchio assim que uma configuração geral assentou-se na Europa após a crítica da reforma religiosa à doutrina e aos comportamentos da Igreja Católica e a reação desta.⁹ Os diálogos e os livros com os quais o moleiro tomou contato foram apropriados por meio de um filtro interpretativo, que era a consciência de um membro das classes populares, permeada pela cultura oral (GINZBURG, 1987, p. 83). Digo membro porque poderia ter sido qualquer outro de sua comunidade, desde que vivenciasse experiências sociais similares às de Menocchio. Por isso, no final da obra, Ginzburg revela a existência de outros moleiros que diziam coisas semelhantes às que o personagem proferia, todavia, por algum motivo, o conhecimento detalhado destes foi impedido pela ausência de fontes (1987, p. 191).

Ao contrário de Ginzburg, as páginas que Foucault dedica a comentar a trajetória de Rivière são muito escassas para extrairmos delas conclusões precisas. Por outro lado, em uma mesa-redonda, em 1978, o filósofo faz uma apologia ao acontecimento, descrevendo por “acontecimentalização” a operação presente em suas análises históricas.¹⁰ Em vez de explicar o acontecimento, através do contexto sócio-histórico, o

⁹ Para Ginzburg, as ideias de Menocchio vinham de “um substrato de crenças camponesas, velho de muitos séculos, mas nunca totalmente extinto. A reforma, rompendo com a crosta da unidade religiosa, tinha feito vir à tona, de forma indireta, tal substrato; a Contra-Reforma, na tentativa de recompor a unidade, trouxera-o à luz, para expulsá-lo” (1987, p. 63).

¹⁰ Marcando uma ruptura, a “acontecimentalização” funciona do seguinte modo: “Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma ‘singularidade’. Mostrar que não era ‘tão necessário assim’; não era tão evidente que [por exemplo,] os loucos fossem reconhecidos como doentes mentais; não era tão evidente que a única coisa a fazer com um delinquente

intento do autor é cruzar, atravessar, relacionar e articular outros tantos acontecimentos. No entanto, o filósofo não constrói essa trama sob uma relação de causa e consequência, por necessidade ou verossimilhança, mas por disparidades, por estranhamentos, por deslocamentos que atentam contra a produção de um todo coeso no qual princípio, meio e fim são indissociáveis. Substantivando por acontecimento o memorial escrito de Rivière, Foucault descreve em que medida este acontecimento não se submetia aos discursos pré-existentes que ansiavam capturar a existência do camponês. Assim, escreve:

Sem dúvida, [o memorial de Pierre Rivière,] no último momento, provocou surpresa: aquele que em sua aldeia era tido como uma espécie de idiota era pois capaz de escrever e raciocinar; aquele que os jornais tinham apresentado como um *furioso*, um *louco*, havia redigido quarenta páginas de explicação. E nos meses que se seguiram, o texto suscitou uma batalha de peritos, provocou as hesitações do júri, apoiou a defesa de Chauveau na Corte de Apelação, motivou, sob a caução de Esquirol, de Marc e de Orfila, o pedido de indulto, serviu de documento para um artigo dos *Annales d'hygiène* no longo debate da monomania. Um movimento evidente de curiosidade e muita indecisão (FOUCAULT, 2007, p. 211; grifos do autor).

Por mais que o ato de escrita de Rivière desafiasse a compreensão de seus contemporâneos, Foucault aponta como paulatinamente os saberes modernos (eruditos ou populares) empreendem a escamoteação da “descontinuidade” – concepção cara ao autor para compreender a história. Estes saberes querem estabelecer uma coincidência entre dois acontecimentos até que se tenha uma totalidade que sirva de explicação “lógica” para ambos; pretendem enxergar uma continuidade entre um e outro, por mais distintos que sejam ou pareçam. É assim que o triplo assassinato e a narrativa elaborada por Rivière são apreendidos pelos saberes. Ação e palavra: uma mesma coisa!

Alguns diziam: há no fato do assassinato e no detalhe do que é contado os mesmos sinais de loucura; outros diziam: há na preparação, nas circunstâncias do assassinato, e no fato de tê-lo escrito, as mesmas provas de lucidez. Logo, o fato de matar e o fato de escrever, os gestos consumados e as coisas contadas entrecruzavam-se como elementos da mesma natureza (FOUCAULT, 2007, p. 212; grifos do autor).

Quanto a isso, há outra diferença teórica que separa Foucault de Ginzburg. Conforme já apontou Albuquerque Júnior (2007, p. 103), enquanto o filósofo francês trata o crime e a narrativa (memorial) como acontecimentos históricos diferentes, Ginzburg compreende

fosse interná-lo; não era tão evidente que as causas da doença deversem ser buscadas no exame individual do corpo etc. Ruptura das evidências [...] sobre as quais se apóiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas” (FOUCAULT, 2006, p. 339).

o discurso (os interrogatórios de Menocchio, por exemplo) apenas como referências ou representações de um acontecimento ao qual pretende chegar. Sendo assim:

Ressaltam-se em Menocchio as possíveis continuidades que seu saber poderia significar; é deste ângulo que seu saber é interrogado pelos inquisidores e por Ginzburg. Uns querem descobrir se ele é a continuidade de algum saber herético; Ginzburg quer saber se ele é a continuidade do saber de alguma classe ou mais precisamente dos camponeses, em que medida ele era um fragmento perdido de uma totalidade cultural. Para Foucault interessava ressaltar em Rivière as descontinuidades de suas práticas e discursos, como seu saber é rebelde às questões que são feitas por outros saberes, como sua palavra e seus silêncios escorregam de qualquer aprisionamento numa continuidade (ALBUQUERQUE, 2007, p. 108).

(4ª) Textura e hierarquização dos acontecimentos

Até por conta dos objetivos distintos de cada obra, diferentemente de Ginzburg, Foucault não intenta desvendar através de um contexto sócio-histórico as causas e as condições de possibilidade do acontecimento ligado a Rivière – seja seu crime, sua narrativa ou a relação conflituosa dos saberes judiciais e psiquiátricos ao lidar com seu caso. Mas se engana quem acredita que Foucault se desfaz do contexto em privilégio de uma análise formalista ou semântica dos textos. Pois da mesma forma que Ginzburg recorre a textos antigos e atuais para construir uma determinada cartografia social, econômica, política e cultural da Europa e, sobretudo, de Friuli, Foucault também apresenta um breve contexto da cultura popular francesa da época, que serve mais como canal para compreendermos a importância do acontecimento (dos assassinatos, por exemplo) do que para explicar suas irrupções.

Assim, é assegurada uma relação entre o memorial escrito por Rivière e a série de narrativas que constituíam uma espécie de memória popular dos crimes (FOUCAULT, 2007, p. 215). Formando uma textura, os folhetos jornalísticos do período, relatavam os crimes que circulavam pelas vilas, aldeias e cantões, onde eram contados e até cantados pelos habitantes. De certa forma, era a única maneira de pessoas comuns dividirem espaço nas manchetes de jornais com soldados, personagens poderosos e reis e de fazerem parte da história escrita, ainda que abaixo do poder e em choque com a lei (idem, 216). Para Foucault, esses dois tipos de história são atravessados por um acontecimento particular: o assassinato.

O assassinato é o ponto de cruzamento da história e do crime. É o assassinato que faz a imortalidade dos guerreiros (eles matam, fazem matar e aceitam eles mesmos o risco de morrer); é o assassinato que assegura o sombrio renome dos criminosos (eles aceitaram, vertendo sangue, o risco do cadafalso). O assassinato estabelece o equívoco do legítimo e do ilegal. [...] Com ele se colocam sob uma forma absolutamente despojada a relação do poder e a do povo: ordem de matar, proibição de matar; suicidar-se, ser executado; sacrifício voluntário, castigo imposto; memória, esquecimento (FOUCAULT, 2007, p. 217).

Ademais, o autor deixa subentendida uma crítica segundo a qual a História, durante tanto tempo, seguindo a receita da poética aristotélica, excluiu de sua narrativa determinados personagens, nomes, gestos, diálogos, objetos por considerá-los indignos ou socialmente desimportantes.

É possível notar que além de Foucault não estabelecer uma hierarquização causal de acontecimentos, também não hierarquiza os discursos produzidos por personagens ou instituições, mas constrói uma relação de vizinhança e de similitude entre eles. Inclusive, podemos perceber isso na forma de organização do dossiê. Ao invés do autor apresentar o “assassino”, neutralizando suas palavras, ele procura lidar com seu discurso da mesma maneira que tratou os relatórios médicos, jurídicos e as notícias dos jornais, valorizando os escritos de Rivière e deixando que ele fale por si mesmo. Essa atitude compunha o conjunto de práticas desenvolvidas pelo grupo de pesquisadores (GIP) do qual Foucault fazia parte nos anos 70. Grupo que promoveu encontros, palestras, reuniões e diálogos dentro das prisões francesas, com o objetivo de dar visibilidade e, sobretudo, voz aos prisioneiros, aos silenciados (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 101).

Em *O queijo e os vermes* ocorre o contrário. Pois, ainda que se distancie da História que se dedicava a estudar exclusivamente “as gestas dos reis”, Ginzburg não dá voz a seus personagens, ou, quando dá, neutraliza-os com os saberes da historiografia. É ele quem fala no lugar de Menocchio quando o apresenta no início do livro: “Chamava-se Domenico Scandella, conhecido por Menocchio. Nascera em 1532 [...], em Montereale, uma aldeia nas colinas do Friuli, a 25 quilômetros de Pordenone, bem protegida pelas montanhas” (GINZBURG, 1987, p. 37).

Por mais que Ginzburg escreva uma história de um indivíduo da classe popular e valorize a presença de uma camada de crenças camponesas conservada pela cultura oral, o autor acaba estabelecendo uma hierarquia contextual na qual os acontecimentos

ligados à classe erudita e ao macrocosmo possuem um grau maior de importância a ponto de condicionarem uma existência. Assim ele escreve:

Dois grandes eventos históricos tornaram possível um caso como o de Menocchio: a invenção da imprensa e a Reforma. A imprensa lhe permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu as palavras para organizar o amontoado de idéias e fantasias que nele conviviam. A Reforma lhe deu audácia para comunicar o que pensava ao padre do vilarejo, conterrâneos e inquisidores [...]. As rupturas gigantescas determinadas pelo fim do monopólio dos letrados sobre a cultura escrita e do monopólio dos clérigos sobre as questões religiosas haviam criado uma situação nova, potencialmente explosiva (GINZBURG, 1987, p. 30).

Não é o intuito questionar aqui as hipóteses que levam às conclusões de Ginzburg, que me parecem muito válidas e coerentes, porém sendo a proposta do trabalho construir uma análise teórica sobre a produção, cabe ressaltar a hierarquização de acontecimentos feita de maneira a priorizar estes dois que apresentamos.¹¹ Entretanto, este aspecto não é incomum em produções historiográficas, sobretudo às que lidam com a separação classificatória entre “classe dominante” e “classe subalterna”, como Ginzburg faz.

O problema, neste caso, apresenta-se da seguinte forma: para além do aceite ou da recusa da separação da comunidade em classes (dominante e subalterna), que traz em si uma hierarquia de comando e dependência, acaba-se caindo no modelo historiográfico que compreende a classe popular como vítima (passiva ou receptora) de uma imposição cultural da classe erudita, justamente a prerrogativa da qual Ginzburg diz querer escapar no início do livro. Sua fuga é muito tímida. Pois se o uso do conceito de circularidade cultural, de Bakhtin, poderia servir para dar conta do recado, ele cumpre apenas parte dessa função. Isto é, se é verdade que diálogos, pessoas, textos de diferentes classes circulavam nas redes de relacionamentos e que dentro da classe popular já existiam elementos críticos ao catolicismo hegemônico, para Ginzburg esse choque só foi possível porque ocorreram grandes acontecimentos ou aglutinaram-se elementos da “classe erudita” que eram correspondentes ao pensamento e às atitudes críticas, até então, ocultas na “classe popular”. Em outras palavras, é como se as classes populares não pudessem gestar criações e pensamentos no interior de suas

¹¹ Albuquerque Júnior assevera que tal raciocínio se dá porque Ginzburg não considera o que foi dito como acontecimento autônomo e o reduz às condições de sua produção enquanto exigência de uma metodologia totalizante (2007, p. 109).

comunidades e desenvolver formas de resistências, independentemente de serem afetadas por “grandes acontecimentos” ou por inevitáveis contatos com a dita “cultura erudita”.

O maior problema da estratégia de narrativa que passa pela hierarquização de acontecimentos é que ela estabelece uma prioridade às vezes determinista às estruturas políticas, econômicas e culturais em nível nacional ou internacional. Neste caso, o micro acaba sendo apenas uma prerrogativa para continuar dando maior atenção ao macro, aos “grandes acontecimentos” ou às estruturas.¹² O desafio, neste sentido, para a escrita da história, é pensar a presença de elementos descontínuos às estruturas e, especialmente, o surgimento da novidade.

Considerações finais: a importância do acontecimento na História

Em *Políticas da escrita* (1995), o filósofo Jacques Rancière desenvolve uma reflexão interessante sobre a importância do acontecimento na e para a História. Sobretudo, ao chamar a atenção para o risco que incorre a disciplina histórica ao adotar uma fórmula epistemológica semelhante à composição narrativa do realismo: o estabelecimento da possibilidade como o elemento centralizador da trama histórica – pressuposto que embasa em grande medida o trabalho de Ginzburg.

De acordo com Rancière, na tentativa de retirar a prioridade dada aos acontecimentos pela história praticada no século 19, os modelos historiográficos do século 20, especialmente com a participação decisiva dos *Annales*, empreenderam uma neutralização do objeto próprio do saber histórico, isto é, do acontecimento. Esta neutralização se deu sob a negação da racionalidade própria do acontecimento, que “é aquela do real, que não se preocupa em se fazer preceder, justificar, fundamentar por sua possibilidade” (RANCIÈRE, 1995, p. 242).

Na busca de uma narrativa mais próxima do real, a história acabou recorrendo ao “realismo”. Contudo, o que o realismo persegue não é o real, mas o possível, e para tal,

¹² Em uma comunicação proferida, de 1979, Ginzburg diz o seguinte sobre seu método: “A análise micro-histórica é, portanto, bifronte. Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis **dentro** das quais aquele vivido se articula. O modelo implícito é o da relação entre *langue* e *parole* formulado por Saussure. As estruturas que regulam as relações sociais são, como as da *langue*, inconscientes. Entre a forma e a substância há um hiato, que compete à ciência preencher” (GINZBURG, 1991, p. 177-178, grifos meus). Creio que o problema seja o de tentar entender a articulação entre a estrutura e o vivido, porém acreditar que o vivido está submisso, irrestritamente, à estrutura; por isso destaquei a palavra “dentro” para compreendermos a relação de dependência do primeiro ao segundo, segundo este método de pesquisa.

submete o real apenas àquilo que é possível a partir das estruturas que o precedem; contrariando, assim, em muitas ocasiões, a lógica do real, que não precisa se preceder ou se justificar fora de si mesmo para existir. Neste sentido, o jogo da realidade, enquanto relação de dependência e/ou de independência, entre o já existente e a surpresa do acontecimento é suprimido pela assertiva do realismo que diz que somente o possível é contável na história. Com isso, a racionalidade historiadora, “chega a identificar o tempo como o sistema das condições dessa possibilidade” (Idem).

Um exemplo deste tipo de trabalho pode ser verificado em *O problema da incredulidade no século 16*. Na obra, Lucien Febvre (2009) não se pergunta se Rabelais era ateu ou não, mas se era possível que ele fosse ateu na época em que vivera. A conclusão à qual chega o historiador é a de que seu tempo não lhe dava tal possibilidade. Neste caso, o termo “tempo” adquire o significado do conjunto das condições linguísticas e culturais que encarnava as estruturas de crença em sua época. O tempo aqui funciona como semelhança ou substituto da eternidade (RANCIÈRE, 2011, p. 28). Ele está contido em cada singularidade dos fenômenos, e é sempre idêntico – não aceita, portanto, descontinuidade ou dessemelhança. O tempo é um tempo coagulado que designa uma sincronia de todos os fenômenos para assegurar a “verdade” da história. Seria, portanto, um anacronismo, uma “insubmissão ao tempo” pensar, falar e agir de maneira diferente dos fenômenos de seu tempo. Isto é, ou Rabelais era crédulo ou não existia.¹³ Doravante, ao se colocar a questão da existência de um precursor crítico da religião naquela época, Febvre (2009, p. 305) aponta que para que isso ocorresse era preciso que o sujeito se apoiasse na ciência e na filosofia do período, uma impossibilidade, haja vista que se encontravam impregnadas de religião. Ainda assim, de acordo com Febvre, caso existisse um desses homens, ele não teria a dignidade de ser objeto histórico. Caberia ao historiador, nesse caso, deixar Rabelais em paz, já que o que ele pensa ou fala, historicamente, não tem força ou importância social.

Pensando com Rancière, o principal problema da relação de submissão do tempo ao realismo, logo, do acontecimento ao possível, é que ela coloca em risco não só um saber que tem como propriedade analisar as mudanças e as transformações, identificando as novidades, mas ameaça também a política, como campo litigioso para pensar, projetar e construir “novos” mundos.

¹³ Para acompanhar a discussão de forma detalhada, conferir: Rancière, 2011.

Para concluir, creio que devemos ser cautelosos ao condicionarmos todos os acontecimentos à premissa da possibilidade segundo uma descrição sincrônica dos fenômenos da época, pois talvez, em determinado momento e sob determinada lógica, fosse impossível que um jovem camponês, do século 19, tido como louco, escrevesse uma narrativa tão bela, organizada e racional quanto o memorial do parricídio que cometeu, ou talvez não fosse possível que, no século 16, um simples moleiro elaborasse uma explicação relativamente sistematizada sobre o surgimento do mundo e confrontasse suas ideias às autoridades religiosas de um período no qual a “lei social” era crer e resignar-se. Mas, a despeito disso, sabemos que Rivière e Menocchio existiram. Suas vidas e trajetórias aconteceram.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. In: _____. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 101-112.
- ARÓSTEGUI, Júlio. O objeto teórico da historiografia. In: _____. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. *Revista ArtCultura*, UFU, Uberlândia-MG, v. 13, n. 22, p. 137-155, jan./jun., 2011.
- BARROS, José D'Assunção. Fernand Braudel e a geração dos *Annales*. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, UFGD, Dourados-MS, vol. 6, n. 11, p. 1-18, jan./jun., 2012.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CARR, Edward Hallett. *Que é história?* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel (coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio no século XIX*. 8ª edição. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Mesa redonda em 20 de maio de 1978. In: _____. *Estratégia, saber-poder: ditos e escritos*, vol. IV. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 335-351.
- FOUCAULT, Michel. Os assassinatos que se conta. In: _____. (coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio no século XIX*. 8ª edição. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007, p. 211-221.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 169-178.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216-232.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador [1821]. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 82-100.

RANKE, Leopold von. O conceito de história universal [1831]. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 202-215.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó-SC: Argos, 2011, p. 21-49.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

REVEL, Jacques. Prefácio: a história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 07-36.

SILVA, Fernando Teixeira da. História e ciências sociais: zonas de fronteira. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 127-166, 2005.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.